



ISSN 1984-5634

## ARTIGO

# BÁLSAMO SOCIAL: IDEIAS SOBRE OS USOS DO MAR NO LITORAL DO PIAUÍ EM IMPRESSOS LOCAIS (1920-40)

*Social balm: ideas on the uses of the sea on the coast of Piauí in local printed materials (1920-40)*

**PEDRO VAGNER SILVA OLIVEIRA\***

### RESUMO

O presente artigo objetiva a partir da História Ambiental, discutir os usos sociais do mar no Piauí entre os anos de 1920 a 1940. Ao folhear jornais e livros de memorialistas de Parnaíba, cidade litorânea piauiense, observamos que grupos locais tinham como costume ir à praia a fim de curar doenças ou fazer temporadas de recreio. A partir dos anos 1920, a vilegiatura e o contato com a paisagem praiana gradualmente tornaram-se maior devido a ligação férrea de Parnaíba a Amarração, atual Luís Correia. Registros históricos dão conta que as classes mais abastadas, principalmente, “invadiram” a praia, tornando-a local de práticas de distinção social. Com o fito de compreender a construção de costumes, além das múltiplas maneiras de interagir e dar sentido à natureza, esse texto foi construído a partir de periódicos locais que circulavam no período em questão e das memórias escritas autobiográficas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória, litoral piauiense, paisagem.

### ABSTRACT

This paper aims, from Environmental History, to discuss the social uses of the sea in Piauí from 1920 to 1940. When leafing through newspapers and books by memorialists in Parnaíba, a seaside city in Piauí, I observed that local groups used to go to the beach intending to cure illnesses or during recreation seasons. From the 1920s onwards, vacationing and contact with the beach landscape gradually became more frequent due to the rail link from Parnaíba to Amarração, currently Luís Correia. Historical records indicate that the wealthier classes, mainly, “invaded” the beach, making it a place of practices of social distinction. In order to understand the construction of habits, in addition to the multiple ways of interacting and giving meaning to nature, this text was constructed from local periodicals that circulated in the mentioned period and from autobiographical written memories.

**KEYWORDS:** Memory, Piauí coast, landscape.

O presente texto reflete a partir da ótica da História Ambiental, os usos sociais do mar no Piauí entre os anos 1920 a 1940. Esse texto foi construído partindo da relação entre paisagem e memória, pensando as sociabilidades feitas na praia, bem como as relações entre cultura e natureza. As reflexões aqui apresentadas visam compreender as praias piauienses enquanto lócus de diversas experiências e campos de inúmeras memórias.

### EDITOR-CHEFE:

Vicente da Silveira Detoni

### EDITORA-GERENTE:

Renata dos Santos de Mattos

**SUBMETIDO:** 11.05.2022

**ACEITO:** 13.07.2022

### COMO CITAR:

OLIVEIRA, P.V.S. Bálsamo social: ideias sobre os usos do mar no litoral do Piauí em impressos locais (1920-40). *Aedos*, v. 15, n. 33, p. 239-256, jan.–jun., 2023.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

\* Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Graduado em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Bolsista CAPES/PROEX. ORCID iD: 0000-0001-8080-7813.  
E-mail: pedro\_w@rocketmail.com.

O espaço é importante para a operação mnemônica, nele se desenvolve a vida. Para Paul Ricoeur, “os lugares habitados são, por excelência, memoráveis” (RICOEUR, 2007, p. 59). Tão importante quanto o próprio corpo, é a partir do espaço que as memórias são (re) constituídas por quem recorda. Apesar disso, o geógrafo Jörn Seemann chamou atenção que o entendimento de espaço “deve ser compreendido não como categoria-estaque (‘tudo é espaço’), mas através de categorias geográficas menos vagas e mais ‘sensíveis’” (SEEMANN, 2002/2003, p. 45). Desse modo, operaremos nesse estudo com o conceito de paisagem. Além dos elementos naturais, a paisagem é formada pelas memórias que se mesclam com os elementos que a constituem. Conforme Simon Schama, as paisagens “compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estrato de rocha” (SCHAMA, 1996, p. 17), logo, essa espacialidade é construída a partir não só de elementos naturais, mas também da cultura.

As praias não são “territórios do vazio” (CORBIN, 1989), lugares desocupados que possuem vida somente quando “descobertas” por turistas e seu uso como espaço de lazer não deve ser naturalizado. Schama ponderou cuidado para a naturalização das paisagens. Segundo o historiador, “até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, podem revelar-se como seu produto” (SCHAMA, 1996, p. 20). Portanto, as praias devem ser compreendidas como produção sócio-histórica. Os geógrafos Rogério Ribeiro de Oliveira e Rita de Cássia Martins Montezuma, entendem que “em termos de paisagem, o que temos hoje por “natural” pode se tratar na verdade de um sistema manejado, durante séculos, por populações passadas” (OLIVEIRA e MONTEZUMA, 2010, p. 118). As paisagens praianas são formadas a partir de superposições de culturas, memórias e usos de diferentes sujeitos.

Para “reconstruir” as ideias sobre as praias e os grupos sociais interagindo entre eles na paisagem litorânea do Piauí, analisamos os periódicos locais *A Praça* (1927-1928) e *O Norte*<sup>1</sup> (1920-1950), ambos produzidos e circulados em Parnaíba. O *Almanaque da Parnaíba*<sup>2</sup>, anuário local publicado ininterruptamente entre os anos 1920 e 1980, também foi um importante documento para esse estudo. É necessário fazer um parêntese sobre essas fontes, arquivamentos e acessos. Embora os números do *Almanaque da Parnaíba* estejam completos e disponibilizados gratuitamente na plataforma *Mundos do Trabalho do Piauí*, faltam páginas em algumas edições. Esse problema foi contornado a partir da consulta de digitalizações feitas pelo autor e/ou por outros pesquisadores<sup>3</sup>. Por sua vez, as edições do *A Praça* e do *O Norte* são lacunares.

1 Lançado em 1930, *O Norte* foi dirigido por Raul Primo, suas páginas levavam além de notícias políticas, propagandas de remédios e de casas comerciais da cidade. Diferente de outros jornais de Parnaíba, *O Norte* existiu por 25 anos. Em 1930 circulava nas quintas e sábados, tornando-se diário na década seguinte, imprimindo durante a Segunda Guerra, notícias do conflito bélico que chegava por meio de serviço telegráfico. Apesar disso, poucas edições sobreviveram aos desafios do tempo e da falta de lugares de conservação no Piauí.

2 O *Almanaque da Parnaíba* veio a público em 1924. Projeto do comerciante Benedito dos Santos Lima, o Bembém, dono de mercearia homônima. A publicação nasceu no formato de códice e foi distribuída inicialmente como “lembrança” aos fregueses e amigos do comerciante. Primeiramente impresso em oficinas gráficas de Fortaleza ou de Belém até a edição de 1933, quando a partir daí passou a ser impresso em Parnaíba pela Empresa Gráfica Renascença. O primeiro volume continha mais de cinquenta páginas compostas por calendários, textos literários e artigos científicos da lavra da *intelligentsia* local e de sujeitos de fora de Parnaíba ou mesmo do Piauí. Propagandas comerciais, charadas, imagens da cidade e da vida cotidiana local, e fotografias de outras paragens também preenchiam as páginas do anuário.

3 Desde 2020 pesquisadores das áreas de Letras, História, Geografia e Ciências da Computação vêm a partir do Programa de extensão Velho Monge: recuperação, preservação e disponibilização de fontes primárias piauienses coordenado pelo professor Daniel Castello Branco Ciarlini da Universidade Estadual do Piauí, *campus* Floriano fazendo uma série de ações que objetiva digitalizar, tratar e disponibilizar periódicos do estado do Piauí.

A cidade de Parnaíba não possui órgãos arquivísticos. Vários documentos - e não apenas os aqui utilizados - estão nas mãos de famílias ou de outros grupos locais que “guardam” e mantém monopólio sobre diversos vestígios. Contudo, por meio de esforços coletivos e sem financiamento algum, várias fontes hemerográficas são digitalizadas e compartilhadas em plataformas na grande rede. Dada a forma como foram digitalizados, certos arquivos não dispõem da ferramenta de busca por palavras, logo, alguns periódicos foram lidos página por página.

Outras fontes importantes para refletir sobre as formas de sentir, ver e lembrar da paisagem praiana são as obras memorialísticas. Neste trabalho foram usados os livros *Estórias de uma cidade muito amada*, de Carlos Araken<sup>4</sup> (1988); *Tomei um Ita no Norte* (1981), de Renato Castelo Branco, e *Tempos que não voltam mais*, de Goethe Pires de Lima Rabelo (1984). Tais vestígios foram cotejados e lidos em conjunto com as mídias impressas. É necessário fazer esse movimento metodológico, pois como alertou Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto “o estudo da imprensa, assim como de quaisquer outros materiais selecionados pelo historiador, não se esgota nela mesma e requer o diálogo com outras fontes que colocam em cena outros sujeitos ou práticas sociais, outras dimensões daquela temporalidade” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 267). A fim de encontrar respostas para as hipóteses lançadas, utilizamos o paradigma indiciário (GINZBURG, 1990) de Carlo Ginzburg como caminho metodológico. A partir dessa operação, foram buscadas nas fontes, vestígios de sensibilidades, gostos e formas de sentir as praias e o mar dos que faziam vilegiatura.

## VENTOS DO “PROGRESSO” NO LITORAL

Nos anos 1920 a imprensa de Parnaíba noticiava que essa cidade do norte piauiense vivenciava um novo período de sua história. Orgulhoso, o jornal *A Praça*, órgão da Associação Comercial dos Varejistas afirmava ser “uma certeza que a nossa prosperidade, o nosso desenvolvimento se acentua de ano para ano já pelo nosso crescimento contínuo” (A PRAÇA. 08/11/1927). Fundado em 1927, o semanário de quatro páginas tinha como diretor o advogado e professor Edson Cunha. Benedito dos Santos Lima<sup>5</sup> e Ranulpho Torres Raposo, ambos comerciantes, eram respectivamente, gerente e secretário do periódico. Publicado às terças-feiras, adquiria-se o *A Praça* a partir de assinaturas mensais (1\$000) e vendas avulsas (\$200) em Parnaíba. Quem não morava na cidade também poderia fazer a assinatura anual que custava 12\$000.

Voz de uma associação comercial, o semanário reivindicava em seu programa a “defesa dos interesses da classe que representa” (A PRAÇA. 01/11/1927). Notícias de “fora” de Parnaíba vinham por telegramas. Além dos textos, anúncios de firmas, produtos, casas de representação e lojas comerciais preenchiam as páginas do jornal. Imagens eram raras, as poucas eram de anúncios. Diferentemente do que a fonte hemerográfica – e não somente ela - afirma, a “prosperidade” impulsionada pelas exportações de gêneros regionais era restrita. Ao analisar a cidade entre 1930 a 1950, Josenias Silva afirmou que:

4 Carlos Araken Correia Rodrigues, médico e cronista parnaibano nascido em 1929 e falecido em 2017, estudou em Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Ocupante da cadeira 23 da Academia Parnaibana de Letras-APAL, contribuiu para a imprensa local e foi socio fundador do Lions Clube de Parnaíba.

5 Nascido em São Bernardo, Maranhão e falecido no dia 21 de agosto de 1959 em Parnaíba, Benedito dos Santos Lima foi jornalista, comerciante e charadista, tendo sido fundador dos jornais *A Praça* em 1927, e *Aljava*, 1938, além do *Almanack da Parnahyba* em 1924. Foi ainda presidente da Associação Profissional dos Jornalistas de Parnaíba em 1957.

para a elite econômica parnaibana, principalmente a partir da segunda década do século XX, as palavras ‘moderno’ e ‘progresso’ se tornaram verdadeiro ‘fetiche’ porque encerravam o desejo de tornar a cidade a ‘menina dos olhos’ de quem por lá aportasse (SILVA, 2012, p. 28).

O porto fluvial de Parnaíba e o marítimo de Amarração – que nada mais era que um trapiche (SOUZA, 2005) - conectavam o litoral piauiense com o mundo. Conforme assinalou Gercinair Gandara, “a cidade de Parnaíba, por meio da barra do Igaráu, se fez cidade distribuidora das importações e exportações” (GANDARA, 2008, p. 69). Afora as exportações, as representações de firmas estrangeiras, o comércio e a comunicação com grandes centros urbanos do país e da Europa deram aos poucos à Parnaíba status e distinção entre as cidades piauienses. Pela localização limítrofe - entre o Maranhão e o Ceará - e pelo fôlego comercial, Parnaíba atraía gente do interior do Piauí e dos estados vizinhos que em busca de melhores condições de vida, ou mesmo fugindo das secas, se fixavam na região (SILVA, 2018).

Nascido em 1914, o advogado e jornalista Renato Castelo Branco ao apresentar a cidade natal no livro *Tomei um Ita no Norte*, descreveu vários espaços citadinos, dentre eles, o Porto Salgado. Em uma reminiscência evocada da infância, Castelo Branco exhibe ao leitor o porto fluvial localizado no centro: “em frente à cidade fica o rio, onde ela termina com seu cais de pedra, bem alto, e uma fileira de grandes armazéns de propriedade dos exportadores” (CASTELO BRANCO, 1981, p. 19). Em labuta diária, estivadores carregavam caixas e sacos oriundos do interior, de fora do estado e do país. Num mesmo esforço, a cera de carnaúba manufaturada pela Casa Inglesa<sup>6</sup> e pela Casa Marc Jacob era embarcada com outros produtos. Segundo Alcebíades Costa Filho, por causa do “contato direto com países da Europa ou da América, Parnaíba se constituiu em uma porta de entrada não só de produtos sofisticados, mas também de novos hábitos e costumes” (COSTA FILHO, 2010, p. 59).

Apesar da navegação fluvial do Rio Parnaíba ter dinamizado a economia piauiense entre o final do XIX e começo do XX, o “movimento comercial por ela incentivado necessitava de mais escoamento da produção interiorana, o que demandava transporte por terra mais rápido” (REGO, 2010, p. 122). Naquele momento o rio apresentava dificuldades de “navegabilidade devido aos problemas provocados pelas estiagens” (VIEIRA, 2010, p. 193). Bancos de areia formados no leito do Parnaíba o tornaram mais raso, atrapalhando a navegação e o transporte de mercadorias. Tentando escoar a produção para o interior e litoral do estado, investiu-se na construção da estrada de ferro. Após uma série de embates políticos, dentre outros problemas, a almejada estrada de ferro piauiense foi inaugurada em 1916. O ramal de 24 quilômetros de extensão ligando Cacimbão ao Portinho foi o primeiro trecho. Anos depois, em 1922, a ferrovia chegou ao centro de Parnaíba, ligando-a a Amarração.

Conduzindo mercadorias ao porto e pessoas para as praias de Amarração, a ferrovia foi por décadas elemento do cotidiano do norte piauiense até ser desativada no fim dos anos 1980. O deslocamento até a praia não iniciou com a chegada do trem na região. Tal costume existia antes da ferrovia singrar o estado. Alarico José da Cunha na crônica “Recordar é viver”, escrita para a edição do décimo quinto aniversário do jornal *O Norte*, afirmou que ao chegar em Parnaíba em 1904,

<sup>6</sup> Empresa que existia em Liverpool, Inglaterra, desde 1813 e que possuía filiais autônomas em Manaus, Belém, São Luís, Parnaíba, Fortaleza e Recife.

não havia luz elétrica, não havia jardim público, não havia cinema, não havia vitrola, não havia rádio [...] em substituição aos grandes surtos do progresso moderno, havia os passeios marítimos para Amarração; os piqueniques a cavalo para os Morros da Mariana, Pedra do Sal ou Bebedouro (O NORTE. 25/02/1945, p.1 e 8).

Nascido em 1883 na fazenda Monte Verde, no município de Timon, Maranhão, Alarico da Cunha veio a Parnaíba aos vinte anos a fim de ser empregado como caixeiro. Adotando a cidade em que viera morar quando moço, o poeta foi um dos principais contribuintes para as folhas locais, dentre elas *A Praça*, *Aljava*, o próprio *O Norte*, além do *Almanaque da Parnaíba*, e ainda do *O Pacotilha*, editado em São Luís, Maranhão. Além de poesias, Cunha contribuiu para a imprensa com poemas, crônicas e fotografias, algumas cedidas ao *Almanaque*. Determinadas publicações tinham como matéria-prima suas reminiscências, tais como “Rememorar é viver” e a série de quatro crônicas “Parnaíba há 40 anos”.

Conforme elucidou o texto de Cunha, apesar da ausência da ferrovia, deslocamentos para Amarração e Pedra do Sal eram realizados por terra ou por rio/mar (A PRAÇA. 29/11/1927, p. 4). O trem só facilitou o acesso àquela primeira praia. Os historiadores Marcus Pierre de Carvalho Baptista e Francisco de Assis de Sousa Nascimento (2020) afirmam que os usos sociais das praias em Amarração datam da década de 80 do século XIX. Por outro lado, os cientistas sociais Jonas Henrique de Oliveira e Clódson dos Santos Silva (2021) indicam que as excursões realizadas por sujeitos mais abastados ao litoral piauiense são mais recentes, iniciando entre as décadas de 1940 e 1960. Contudo, a partir de pesquisas contestamos ambas as afirmações. Os usos sociais do mar no estado são anteriores. O mais antigo vestígio encontrado foi uma nota de jornal de 1858 afirmando que mulheres pobres foram enviadas de Teresina a fim de “tomar banhos salgados na Parnaíba” (O PROPAGADOR. 11/09/1858, p. 2). Já a evidência mais pretérita que trata de banhos salgados em Amarração se trata de uma notícia do jornal *A Imprensa* de 16 de outubro de 1871. Naquele ano entre junho a novembro, o professor Manoel Ildfonso de Sousa Lima esteve com a “família em uso de banhos salgados aconselhados pelos médicos à minha senhora que sofria gravemente em sua saúde” (A IMPRENSA. 16/03/1871, p. 3). Nesse período as águas salgadas eram procuradas para a cura de enfermidades, sensibilidade alterada no século XX.

Com a construção da ligação férrea de Parnaíba à Amarração (atual Luís Correia) a partir dos anos 1920, a fruição marítima ganhou maior procura (BAPTISTA e NASCIMENTO, 2020). Nesse momento, as classes mais abastadas “invadiram” as praias, tornando-as locais de práticas sociais. Esses mesmos grupos foram os responsáveis por documentar na memória social suas experiências nessa paisagem, silenciando outras. As memórias dos sujeitos são constituídas por experiências vividas nos lugares que habitam ou habitaram, é a polaridade “reflexividade e mundanidade” apresentada por Ricoeur. Conforme o filósofo “não nos lembramos somente de nós, vendo, experimentando, aprendendo, mas das situações do mundo, nas quais vimos, experimentamos, aprendemos” (RICOEUR, 2007, p. 53). A reminiscência é evocada a partir do corpo que ocupou determinado espaço, nesse sentido, as praias agem como lugares de memórias.

Em primeira pessoa, ao relembrar da mãe, Renato Castelo Branco afirmou em seu livro que ao fechar os olhos conseguia vê-la “na praia de Amarração cuidando de mim e de meus irmãos. Nós, dentro do mar, brincando nas ondas. Ela, atenta, vigilante” (CASTELO BRANCO, 1981, p. 38). Tanto os textos memorialísticos quanto os jornalísticos são em sua maior parte da autoria de homens - e de

algumas mulheres - pertencentes a elite política, econômica e letrada de Parnaíba. Grupo esse que mantinha certa hegemonia sobre a produção de textos. Raymond Williams já alertara que “os meios de comunicação são, eles mesmos, meios de produção” (WILLIAMS, 2011, p. 69). Desta forma, a imprensa está diretamente ligada ao contexto histórico o qual é (re) produzida. A “elite” - esse grupo social vago e impreciso - importa, pois, ao documentar suas experiências não só na cidade, mas também suas práticas sociais na praia, apagam as experiências de outros sujeitos históricos que utilizavam a mesma paisagem. De acordo com o sociólogo George Didier Urbain, “a praia é espetacular. É um teatro em que a sociedade se desvela, se desnuda (literal e metaforicamente)”<sup>7</sup> (URBAIN, 2003, p. 07). Essas famílias estavam presentes na política e na imprensa local e estadual, atuando por anos na imprensa a partir de redes de colaboração, mantendo-se, por conseguinte, na memória social da cidade a partir da fundação e contribuição de textos em jornais, anuários e livros.

Rastrear e compreender as redes de cooperação dentro da imprensa não é só importante para “desmontar” as mídias impressas escolhidas, é ainda movimento necessário para entender como as experiências desses grupos na cidade e na praia foram documentadas, legando à posteridade suas marcas no tempo, e de que maneira esses textos criaram consensos na memória social. Ao empregar um estudo histórico-social das praias do Recife e de Olinda, a socióloga Rita de Cássia Barbosa de Araújo afirmou que as famílias “aparecem como principais agentes das transformações pelas quais passaram as praias, sobretudo nos momentos iniciais de implantação e difusão das práticas dos banhos de mar e de sol” (ARAÚJO, 2007, p. 17). No Piauí essa experiência tem significativas similaridades, o que nos faz refletir sobre a produção de espaços balneários bem como a “circulação atlântica de modelos e experiências”<sup>8</sup> (VIDAL e GOMES, 2019). Por outro lado, como será discutido, as praias não eram, nem são “território do vazio” e estavam longe de ser.

## RUMO À PRAIA

Além da estrada de ferro, foram abertas na mesma época, estradas carroçáveis ligando a cidade aos lugares balneários. Atalaia já era frequentada antes mesmo da ferrovia<sup>9</sup>, por sua vez, excursões à praia do Coqueiro não estão documentadas nas fontes pesquisadas de períodos anteriores a década de 1930. Apesar da ausência de fontes sobre os trajetos até essa segunda praia, o *Almanaque da Parnaíba* de 1933 oferece uma pista a ser seguida. Na edição referente àquele ano, em lugar privilegiado da página, no canto superior direito, encontra-se o texto “Nossas Carroçáveis”. Abaixo do título foi impressa uma pequena imagem em meio-tom de uma ponte de madeira na qual é atravessada por um automóvel.

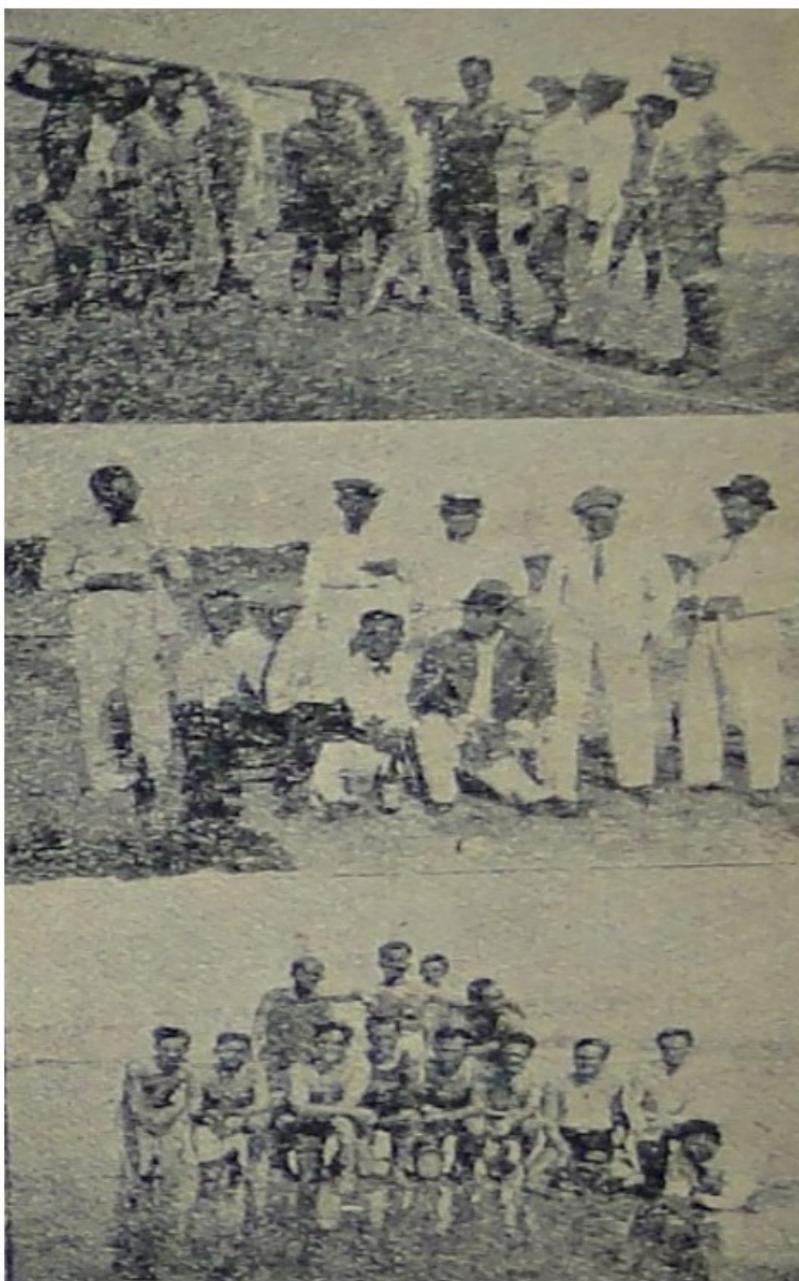
Simbolizando a vitória da técnica sobre a natureza, a ponte se localiza em primeiro plano e domina a visão do leitor. A construção atravessa um corpo de água, talvez algum rio, ou riacho. Ao fundo há o carnaubal, palmeira típica de áreas pantanosas, e na época da publicação, matéria-prima de grande importância para a economia extrativista exportadora do Piauí. Abaixo da fotografia há um breve texto afirmando ser aquele um “trecho da estrada que nos leva ao Coqueiro, através do município de

7 Tradução nossa. No original: the beach is spectacular. It is a theater in wich society unveils itself, lays itself bare (literally and metaphorically), bringing to light “the afective and feeling dimension of social relationships in the framework.

8 Tradução nossa. No original: des circulations atlantiques des modèles et expériences.

9 Periódicos do século XIX já documentavam incursões a essa praia que eram feitas de barco, oriundos inclusive, de Teresina. Sobre isso conferir *A Imprensa*. 07/09/1885. Ano XXI, nº 884, p. 4.

Amarração” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1933, p. 69). Dois anos antes dessa edição do *Almanaque*, Amarração perdeu autonomia, tornando-se por meio do decreto estadual nº 1279, de 26 de junho de 1931, distrito de Parnaíba. Informando o leitor acerca das situações das estradas do município, o breve artigo em tons elogiosos chama atenção para a autoria do melhoramento, informando que a ponte fora erigida na gestão de Ademar Gonçalves Neves, conhecido como o remodelador da cidade devido às sensíveis modificações urbanísticas que Parnaíba sofreu entre 1931 a 1934. Algumas páginas depois, podia-se ler um pouco sobre a parte praiana do município. Sob o título em garrafais “Nossas PRAIAS”, a nota acompanha três pequenas imagens que ocupam metade da página 145. A fim de melhor compreender a análise, as fotografias foram reproduzidas na Figura 1.



**Figura 1** - Três flagrantes.

**Fonte:** Almanaque da Parnaíba, 1933, p. 145.

A julgar pela diagramação, as imagens eram independentes do texto que devido sua brevidade, explicaria os retratos. Funcionando como legenda, o escrito explanava:

depois de hora e meia de automóvel temos o “Coqueiro”, belíssimo posto balneário e grande empório de pesca. Estampamos aqui três flagrantes dalgumas figuras do nosso alto comércio em domingo de banho e... farra... (ALMANAQUE DA PARNAÍBA. 1933, p. 145).

As imagens e o texto não possuem quaisquer autorias indicadas. Na primeira imagem um grupo de veranistas - não identificados - posam com pescadores para o fotógrafo. Dois homens sustentam uma haste nos ombros chamada calão, e nela há dois grandes camurupins<sup>10</sup> pendurados. No segundo retrato, vê-se oito homens, cinco em pé e três abaixados. Todos vestindo calças, camisas de mangas compridas e chapéus. Por fim, o último clichê exprime 14 homens de costas para o mar e defronte ao fotógrafo, usando roupas de banho da época, isto é, camisas e bermudas. A partir dos anos 1920 devido a popularização do ir à praia, os trajes de banho compridos e pesados, se tornariam “cada vez mais curtos e aproximando-se da altura dos joelhos, esses costumes deixavam visível boa parte da perna” (BARICKMAN, 2016, p. 10).

Fotografias são seleções. Recortes de cenas do cotidiano materializados e deslocados dos contextos. As imagens nos impressos, assim como outras linguagens presentes nesses veículos, possuem interesses. Quando utilizadas em mídias impressas, “a imagem dá uma forma e uma materialidade, uma outra visibilidade às experiências vividas, aos grupos, aos temas” (BARBOSA, 2006, p. 270). Partindo desse pensamento, as imagens no *Almanaque* assumem o papel de engrenagem da maquinaria da memória, a partir dela – e não somente dela – a recordação é possível.

Embora não se saiba os nomes dos indivíduos, ao tratar das “figuras do nosso alto comércio”, o *Almanaque da Parnaíba*, assim como outras fontes impressas, cria não só memórias a partir da distinção, mas também esquecimentos no que tange às práticas sociais nas praias, sugerindo ao leitor desavisado do futuro que somente esse grupo fazia uso dos banhos de mar. Os pescadores fotografados com os peixes seriam aspectos exóticos e pitorescos da paisagem, tal como foram retratados desde o século XIX e ainda são no tempo presente por agências de turismo (URBAIN, 2003). Esse processo de ver os “povos do mar” enquanto exóticos, ou mesmo seu total esquecimento, é perceptível em outras edições do anuário, por sua vez, a presença do “seleto grupo” nas praias é uma constante.

De acordo com Alain Corbin (CORBIN, 1989), os banhos de mar somente serão utilizados como prática social no século XVIII. Nessa centúria, buscava-se no mar a cura para doenças, marcando uma nova sensibilidade sobre as zonas praianas. Para Eustógio Wanderley Correia Dantas e Alexandre Queiroz Pereira:

Nos primórdios, as práticas marítimas modernas dispunham de caráter terapêutico a incorporar o mar (qualidades químicas e temperatura da água) e a ambiência marítima (bem respirar) ao tratamento de doenças (pulmonares e estresse) a afetar as elites do Ocidente (primeiros ensaios no final do século XVII e início do século XVIII) e, também, dos países do sul (primeiros ensaios no final do século XIX e início do século XX) (DANTAS e PEREIRA, 2021, p. 56).

10 *Megalops atlanticus* é um peixe costeiro encontrado desde o Amapá até o Espírito Santo, podendo chegar quando adulto, até mais de 100 quilos. Também chamado de tarpon ou pirapema. O camurupim quando jovem é chamado de pema no Piauí.

Se no tempo presente o público vai à praia bronzear-se, o mais comum no final do XIX e começo do XX era que se fizesse banhos frios e de choque. A exposição solar era pouco recomendada pelos médicos. A socióloga Rita de Cássia de Araújo explica que “no transcurso do século XX, assistimos à consagração das praias, e por extensão, de quase toda a zona do litoral” (ARAÚJO, 2007, p. 13). Nas primeiras décadas do século passado os usos sociais das praias irão se assemelhar aos atuais. Como pode-se aferir, os usos sociais da praia e do banho de mar são processos que sofreram e continuam sofrendo transformação ao longo do tempo. Da mesma maneira, “o processo de descoberta da praia e ‘domesticação’ do mar no Brasil foi gradual (ANJOS, 2019, p 49). No Piauí, já na virada do XIX para o XX, parte da sociedade urbana utilizava as águas salgadas a fim de curar doenças. Tanto Pedra do Sal, situada na Ilha Grande de Santa Isabel, como Atalaia, em Amarração, eram igualmente procuradas pelo público em busca dos “banhos de mar”. As evidências permitem apontar para a construção nos anos 1920 da preferência, do “gosto”, esse campo tanto da classe dominante quanto da produção cultural” (BOURDIEU, 2011, p. 17), nos dizeres de Pierre Bourdieu, de determinadas praias sobre outras. Ao parnaibano *Jornal do Comércio*, Armando Madeira escreveu um artigo apresentando a pequena Amarração. Além da importância do porto para a economia da época, Madeira teceu considerações sobre outra função da cidade: a balneária.

Como estação balneária nenhuma praia piauiense oferece as condições salutaras e fáceis de Amarração. Próxima da atalaia, onde se assinala a entrada dos navios, a praia é excelente para banhos de mar, ampla e limpa, sem perigos nem surpresas, ora com vagas suficientes para banhos de choque, ora mansa e suave para quem não precisa dessas duchas marinhas. É certo que não temos aqui as perspectivas imprevistas e pitorescas da Pedra do Sal, porém isto se compensa com as facilidades incontáveis para os banhistas, ao contrário do que ali se verifica (PIAUI, 1923, p. 42-43).

Para Madeira, Atalaia seria a melhor opção pela segurança aos banhistas devido as águas brandas e límpidas. A contraposição com Pedra do Sal é clara, ainda que essa, como o próprio escrevente afirmou, fosse visualmente mais chamativa. O autor construiu justificativas para que aquela primeira praia fosse a ideal a ser frequentada. Embora Atalaia não possuísse os rochedos da “concorrente”, esse posto balneário compensaria pela facilidade de acesso via estrada de ferro e de “todo o serviço de abastecimento”. É possível apontar que Madeira - assim como outros autores locais - seria um agente para o processo de balnearização de Amarração.

Armando Madeira enumerava ainda as benesses do lugar aos leitores. Dentre elas, o “bom clima, sem ventos tempestuosos, apenas ar fresco e sadio”. A fartura e a diversidade dos pescados e das frutas possibilitavam que “a Amarração de hoje poderá ser, dentro em breve, um lindo e aprazível empório, de recreio e de progresso, para o Piauí”. Contudo, para que isso acontecesse, o jornalista sustentava necessário que “a construção de casas, edificadas na praia de banho, [fosse] seja iniciada sem demora proporcionando vantagens aos proprietários e comodidades aos forasteiros, que aqui terão de vir, todos os anos” (PIAUI, 1923, p. 43). Nesse período, paulatinamente a praia de Atalaia recebia maior adesão das elites parnaibanas. Na edição alusiva ao primeiro aniversário do *A Praça*, vários intelectuais foram convidados a fim de contribuir com artigos. Dentre esses nomes, Simplício de Sousa Mendes - desembargador, jornalista e líder político - escreveu o texto “O Porto de Amarração”. Além de reivindicar a construção do Porto de Amarração para a economia e interesses piauienses, o autor finalizou o texto documentando a vocação balneária da cidade a qual “naturalmente será a cidade eleita – a Biarritz

piauiense – ponto de reunião na nossa elite social, na estação dos banhos” (A PRAÇA. 01/11/1928, p. 4). A partir disso, pode-se visualizar a balnearização no litoral piauiense, bem como a valorização, o processo de produção dos espaços e o agenciamento das praias. Vale lembrar que esse processo não se findou, continua em curso. Nas primeiras décadas do século XXI e mesmo no tempo presente, tanto as “antigas” praias, quanto outras, são alvo de novas valorizações, construções e conflitos socioambientais. Na próxima seção nos ocuparemos de historicizar e debater com maior afinco as chamadas “temporadas balneárias” entre os anos 1920 a 1940.

## TEMPORADAS BALNEÁRIAS OU DE RECREIO

A fim de não fazer anacronismos e compreender melhor as experiências do período estudado, preferimos usar o termo “vilegiatura” dada a particularidade da excursão e do contexto histórico. A turismóloga e historiadora Valéria Lima Guimarães dissertou que:

Apesar de a noção de turismo começar a ser conhecida tanto em Portugal quanto no Brasil, na segunda metade do século XIX, a sua sedimentação e a propagação de um vocábulo específico em língua portuguesa foram se dando aos poucos. Ainda na década de 1930, não raras vezes, foram utilizados os termos empregados em língua estrangeira (GUIMARÃES, 2012, p. 35).

Noutros lugares do Brasil, como por exemplo, Santa Catarina, o vocábulo “turismo” foi pouco empregado nos periódicos desse estado. O historiador Sérgio Luiz Ferreira (1998) sustenta que somente nos anos 1940 o termo foi adotado pela imprensa catarinense. Até então, “estação das águas” e “estação balnear” eram os termos mais recorrentes. No contexto piauiense isso não difere. “Turismo” pouco aparecia nos jornais locais na primeira metade do século XX. O vocábulo supracitado recebeu maior adoção nos anos 1960. Os piauienses denominavam as idas à praia de “temporadas balneárias” ou “temporada de recreio”. Vilegiatura parece ser o termo mais adequado pois, está “relacionada diretamente à viagem, a vilegiatura designa a vivência de uma condição não existencial, sazonal, descontínua e recreativa” (DANTAS e PEREIRA, 2021, p. 34). Destarte, uma vez que ela é entendida enquanto “temporada de deslocamento e recreio”, teria por fim não consumir a natureza, como se faz atualmente com o turismo, mas entrar em contato com a paisagem, restaurar energias e aproveitar o ócio.

Com o deslocamento de pessoas e com as trocas realizadas nos portos fluvial de Parnaíba e marítimo de Amarração, chegaram mais que mercadorias ao Piauí. Decerto, os costumes balneários vieram juntamente com os indivíduos de outras partes do mundo aportados em Amarração. Tais forasteiros a partir de enlances matrimoniais adentraram nas famílias da elite local, incorporando “novas práticas, falas e maneiras que refletiram o dinamismo da vida social, bem como a multiplicação das formas de interação pública” (SILVA, 2012, p. 43). Assim sendo, além dos espaços citadinos, como por exemplo, o Cassino 24 de Janeiro, clube frequentado pela elite parnaibana, as praias seriam do mesmo modo, lugares de distinção.

É possível ainda que a cultura do banho de mar já existia no estado, mas de outra maneira. A herança dos costumes dos indígenas Tremembés, conhecidos como peixes racionais devido sua grande habilidade no nado e mergulho (BORGES, 2010), foi reinterpretada a partir da leitura de jornais da capital federal vendidos em Parnaíba e Teresina. Dentre tais impressos, cito a revista *Fon-Fon* (1907-1958), circulada na capital e no litoral do estado nos anos 1910; o *Jornal das Moças* (1914-1965), revista feminina semanal, lida em Parnaíba tanto por mulheres quanto por homens da cidade; e o

Beira-Mar (1923-1945), semanário destinado aos moradores do CIL (Copacabana, Ipanema e Leme). Esses veículos<sup>11</sup> continham em suas páginas textos, charges e fotografias elucidando os usos sociais da praia na capital da república, que, possivelmente influenciaram comportamentos no litoral piauiense.

Devido à circulação de ideias oriundas da capital da república a partir de impressos, é provável que as formas dos piauienses usufruírem da natureza praiana teriam o Rio de Janeiro como referência, pois, nesse período, a metrópole carioca “passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, as sensibilidades” (SEVCENKO, 1998, p. 522). Mesmo afastado do Rio de Janeiro, alguns dos principais impressos cariocas do começo do XX, ainda que com relativo atraso, circulavam no estado nordestino e, neles, podia-se ler a mutação das sensibilidades sobre as praias. Com base em fontes hemerográficas, Baptista e Nascimento afirmaram que a praia de Atalaia no começo do XX “torna-se um espaço produzido e consumido pela elite” (BAPTISTA e NASCIMENTO, 2020, p. 28). Sua interpretação tem como alicerce dentre outras notas, uma notícia do jornal teresinense *A Imprensa* de 15 de setembro de 1925. Um correspondente que estava no litoral por meio de telegrama enviado ao periódico, reportou a seguinte cena:

Com o advento da atual estação, que se caracteriza aqui [no litoral] por ventos fortes e constantes, as praias vizinhas de Parnaíba enchem-se de veranistas, que nelas vão espaiar-se, ou refazer nos banhos de mar as energias perdidas durante o ano. Pedra do Sal e Atalaia perdem de sua habitual monotonia de praias desertas (A IMPRENSA. 15/09/1925, p. 4 apud BAPTISTA e NASCIMENTO, 2020, p. 28).

Observa-se o processo de construção da memória nessa nota e o apagamento de pescadores e dos demais povos do mar. Diferente do que o jornalista afirmou, Pedra do Sal e Atalaia eram vilas pesqueiras habitadas por homens e mulheres que tiravam seu sustento do mar. As praias são e estão imbuídas de cultura, e as práticas que determinada sociedade faz nessa paisagem pouco tem de natural. Fazendo paralelo entre o *Far West* estadunidense e a “descoberta sobre o litoral na França”, Urbain afirmou: “essa expansão colonial do lazer partiu do princípio de que a orla costeira não pertencia a ninguém<sup>12</sup>” (URBAIN, 2003, p. 40). Ao descrever as praias como “desertas”, o correspondente esvaziou-as, preenchendo-as com outros personagens e ritmos sociais. Os sujeitos que possuíam outras relações com essa paisagem que não só os “banhos de mar” foram apagados. O esforço de documentar as experiências de determinados sujeitos sobre as de outros é constatada a partir do trabalho do correspondente ao citar alguns nomes dos veranistas. Tal escolha e cuidado em mencionar sujeitos e suas famílias faz também parte da operação mnemônica:

Drs. Mirócles Veras, Antônio Neves e família, Joca Basto, Genésio Câmara, senhora e irmã, Edison Cunha e família. José Neves, Raymundo Marques e família, Alarico Cunha e família. José Braga e senhora, Luiz Nelson e família, Antônio Linhares e família. João Issa e senhora, Rodolpho Gouveia e senhora. Taufi Safadi e família, Nemesio e Arnesio Camara, Nagib Lopes e família. Mello Filho, Werner Schlipmann, José Ribeiro e família, Armenio Salgado, G. Grawford, J. B. Smith e muitos outros cujos nomes nos escaparam (A IMPRENSA, 1925, p. 2 apud BAPTISTA e NASCIMENTO, 2020, p. 29).

11 Além desses, ao pesquisar no *A Praça*, observei que o jornal *A Noite*, impresso na capital federal, tinha o poeta R. Petit (pseudônimo de Raimundo de Araújo Chagas) como representante em Parnaíba e um correspondente telegráfico. Em 1928 a cidade foi visitada por Maurício Maurin que viajava pelo norte do país. Em sua estada foram feitas 20 assinaturas e uma agência de vendas avulsas na pessoa de Handarst Vaz.

12 Tradução nossa. No original: This colonial expansion of leisure started from the principle that the coastal fringe belonged to no one.

Dentre os nomes citados estão escritores, advogados, médicos e comerciantes inseridos tanto inserção na política quanto na imprensa local, contribuindo com escritos para os periódicos, dentre eles *A Praça*, *O Norte*, e o citado *Almanaque da Parnaíba*. Por possuírem forte presença nesses meios, essas famílias criaram consenso na memória social, apagando as práticas sociais de grupos menos abastados que frequentavam essa paisagem, ou mesmo os trabalhadores das praias. Observa-se que a notícia indica a utilização das águas salgadas não só para manutenção da saúde, mas enquanto forma de lazer.

A partir dos anos 1920, época da citada nota do periódico teresinense, os costumes foram sensivelmente alterados, contudo, “os usos predominantemente terapêuticos e higiênicos do espaço litorâneo, bem como as formas de sociabilidade que lhes eram correspondentes, perdiam força, sem que aqueles fossem, no entanto, jamais abandonados” (ARAÚJO, 2007, p. 385-386). Bert Barickman corrobora para esse debate. Em um ensaio sobre vestimentas e moralidade nas praias cariocas, o brasilianista afixou que “o banho de mar dos fins do século XIX e dos começos do XX era uma atividade realizada sobretudo na água. O fundamental era entrar no mar, molhar-se, mergulhar e, enfim, como sugere a própria expressão, banhar-se” (BARICKMAN, 2016, p. 3).

Acerca das práticas sociais nas praias piauienses, a compreensão de que as águas salgadas possuíam propriedades medicinais permaneceu por décadas, sendo inclusive alvo de atenção pelo *Almanaque da Parnaíba*. Na edição de 1942, anos antes de seu falecimento em 1948, o médico Oscar Clark redigiu o texto “Praias – bálsamo social”. Baseado nos estudos do britânico Richard Russel e de outros escritos médicos acerca dos benefícios do mar, o parnaibano radicado no Rio de Janeiro sustentava que as praias “representam o berço da higiene social” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1942, p. 43). O que se percebe a partir do artigo do *A Imprensa* é a mudança na forma de usufruir dos espaços praianos no Piauí, que, por sua vez, estavam em consonância com as sensibilidades sobre essa paisagem em outras regiões do Brasil. Segundo o periódico, não era a primeira vez que iam nessas praias e percebiam o espetáculo social ali reproduzido, “tivemos a impressão de que estávamos numa das frequentadas praias do sul, tal o número de pessoas que ali se entregavam às delícias dos banhos de mar” (A IMPRENSA. 15/09/1925, p. 4 apud BAPTISTA e NASCIMENTO, 2020, p. 29).

É possível saber um pouco mais desses costumes em outros textos impressos. Dois anos depois da matéria do *A Imprensa*, o *Almanaque da Parnaíba* de 1927 veiculou em suas páginas o poema “Agosto”, do poeta paraense radicado em Parnaíba, R. Petit. Colaborador constante da revista, R. Petit - pseudônimo adotado por Raimundo de Araújo Chagas – fazia parte dos intelectuais locais cuja presença se fazia em várias folhas veiculadas na cidade na primeira metade do XX como *A Praça*, fundando nos anos 1910 o literário *Auras do Norte*<sup>13</sup>. O poema em questão faz parte de um conjunto de outros textos do mesmo gênero literário impresso nas primeiras páginas do *Almanaque*. Esses poemas situam-se ao lado de quadros mostrando o mês com os dias atribuídos a santos e santas católicos. Agindo como calendários, tais textos ilustram a passagem do tempo cronológico a partir de ações cotidianas e de festividades religiosas ou cívicas.

Especificamente no poema “Agosto”, o poeta imprimiu nos primeiros versos as sensações da passagem do tempo não só histórico, isto é, do tempo humano, mas também meteorológico. Com a chegada do oitavo mês do ano, o clima se altera:

13 Quinzenário crítico, literário e noticioso, tinha como redator principal João Dutra e foi lançado em maio de 1911.

A terra inteira  
 Se enebria de alto luar.  
 Canta a guitarra faceira.  
 Geme o vento sem cessar.  
 E entre mil nuvens de poeira  
 Que encanto os banhos de mar  
 A correr na praia inteira.  
 Sempre a rir, sempre a folgar.  
 (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1927, p. 47).

É necessário tomar esse texto literário não como retrato fiel acerca dos usos sociais da praia nos anos 1920, mas enquanto versão, um olhar poético do autor sobre as experiências de um grupo social – da elite – sobre a paisagem. Para a socióloga Helena Cristina Machado, “o modo como os atores sociais se relacionam com o espaço da praia tem por um lado, um caráter vincadamente classista, revelando estratégias de distinção social ou de reprodução da posição de classe” (MACHADO, 2000, p. 203). Destarte, os versos ilustram a fruição. Continuando o poema, o autor descreveu:

Depois do bom banho, um pouco  
 De gostosa água de coco.  
 À noite, a porta da rua,  
 Faz-se a roda e então começa:  
 Fala-se, mente-se “à beça”  
 Aos beijos da lua  
 (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1927 p. 47).

As praias eram tomadas como espaço de inspiração de textos literários em verso e em prosa pelos que escreviam aos jornais locais<sup>14</sup>. Evocando memórias e emoções, essa paisagem é descortinada em outros escritos tais como *Pedra do Sal*, de Edison Cunha, que no discurso impresso de Souza Lima Machado - do *Cenáculo Piauiense de Letras* – no *A Praia* afirmou ser “um canto de saudade” (APRAÇA. 24/01/1928, p. 4). Assim, como nos versos de R. Petit, os de Edison Cunha privilegiavam os elementos naturais, contudo, enquanto o primeiro texto citado menciona sujeitos na areia da praia e/ou utilizando o mar, no segundo o eu lírico contempla a paisagem sem a presença humana. Com o passar dos anos, Atalaia gozaria de prestígio entre quem a frequentava. Desse modo, era comumente descrita e adjetivada pelos textos da imprensa e por parte dos memorialistas analisados enquanto balneário “sofisticado”. Mais uma vez o *Almanaque da Parnaíba*, desta vez do ano de 1936 documentou em verso e imagens, a estadia de veranistas nas praias piauienses.

Ocupando duas páginas seguidas, o poema com o título “Atalaia” redigido em caixa alta, de autoria de Alarico da Cunha usou a paisagem praiana como inspiração. Escrito em dez versos, logo nas duas linhas iniciais do primeiro, o autor afirmava que Atalaia “é a nossa chic e divertida praia...Rainha, para nós, das praias brasileiras!” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1936, p. 101). Os demais versos ilustram as sociabilidades realizadas nesse lugar e a visão do poeta sobre essa paisagem que recebia “vida” quando veranistas de Parnaíba chegavam nas areias do balneário. Todavia, quando esse público não estava em Atalaia,

<sup>14</sup> Além dos citados textos, Alarico da Cunha escreveu para *O Norte* a série de quatro crônicas “Correspondências da Praia”. Infelizmente as edições que continham os escritos se perderam, contudo, uma de suas filhas ainda viva, Sonita Cunha possuía recortes desse jornal e fez uma miscelânea cedendo-a gentilmente a Daniel Ciarlini, que por sua vez, nos disponibilizou.

E Parnaíba de longe escuta seu lamento!  
 Quando a deixa sozinha soprada pelo vento,  
 Num misto de silêncio, aurora e rosiclèr,  
 Sem alma, sem amor, sem flirt e sem mulher...  
 (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1936, p. 101).

Usando uma expressão artística que é o texto literário, Cunha descreveu os costumes dos banhos de mar. Os versos são acompanhados por dois flagrantes ilustrando as atividades exercidas nas paisagens que inspiraram o poeta. A primeira elucida um grupo de dez pessoas que em primeiro plano, posa sentado na areia da praia. Ao fundo se encontra o mar e vários banhistas imersos na água. A legenda em garrafais “Nossas praias” informava aos leitores que aqueles indivíduos eram membros das famílias Marcos Melo e Raul Bacelar “em aprazível veraneio, no litoral de Amarração” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1936, p. 101). Quatro adultos, dois homens e duas mulheres, com exceção de uma que usa vestido, trajam roupas de banho da época. Seis crianças acompanhadas dos pais divertiam-se na água e param o que faziam a fim de olhar para a câmera, menos uma que distraidamente mira na direção oposta.

A segunda fotografia ilustra Pedra do Sal. Dessa vez, 20 veranistas posam para o clichê. Aproveitando os rochedos da praia, a caravana usa-os como cenário. Defronte às rochas, dezessete pessoas estão abaixadas ou em pé na areia. Três resolveram posar em cima da pedra de maior destaque. A legenda além de situar o leitor na geografia da cidade, explicava ser Pedra do Sal, “uma das praias piauienses de maior encanto e mistério. A lendária ‘Pedra Gigante’ acolhe placidamente em um dos recantos do pitoresco posto balneário, um divertido grupo de banhistas do nosso Set comercial” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1936, p. 103). A pedra citada pelo anuário se assemelha a uma cabeça humana e tanto na época quanto hoje, intriga os visitantes. Já sobre os frequentadores, não eram quaisquer pessoas, mas comerciantes.

Enquanto chegava-se em Atalaia pela ferrovia e Coqueiro por carroçáveis, localizada na maior ilha do Delta, e distante 12 quilômetros da zona urbana, Pedra do Sal ficou por anos “isolada” de Parnaíba – ligada por estrada asfáltica somente na primeira metade da década de 1970. Ainda assim, a praia também era frequentada. Na edição de 1937, em uma das raras vezes que aparece o termo “turista”, o anuário *Almanaque da Parnaíba* registrou em uma de suas páginas a passagem de visitantes em Pedra do Sal. Por meio de quatro fotografias enaltecendo a paisagem, em um dos breves textos que as acompanhavam, o anuário chamava atenção: “a nossa pitoresca praia, a 12 quilômetros da cidade, bem merece uma estrada de rodagem a altura das suas belezas naturais e dos seus maviosos encantos e também por ser o melhor posto balneário que possuímos” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1937, p. 56). A “matéria” faz um apelo para a feitura de uma estrada, e como se lê, justificada pela demanda do público que usaria Pedra do Sal como balneário. A imprensa não só repassa mensagens, segundo Marta Barbosa, quando usada como fonte nos estudos históricos, a imprensa “pode ser pensada não como o mero veículo de informações, mas como agente social que produz ações, intervenções” (BARBOSA, 2006, p. 269). Os veículos midiáticos podem ainda mobilizar pautas e questões, criando consensos entre os leitores e suscitando no caso da nota do anuário, a ação da prefeitura.

Dentre as edições que elogiavam a classe dirigente, a de 1937 a qual trazia aos leitores as sociabilidades em Pedra do Sal, abria o número com louvores ao prefeito da época, o médico Mirócles

de Campos Veras<sup>15</sup>, e ao interventor do estado, Leônidas Melo<sup>16</sup>. Na nona página o anuário imprimiu uma fotografia de Veras. Abaixo dela há um escrito carregado de galanteios ao “governador da cidade”, enumerando alguns feitos do intendente “cujos progresso e embelezamento vem tratando com o máximo esforço, técnica e capacidade administrativa” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1937, p. 56). O *Almanaque* não se isentava do debate público, tampouco das demandas políticas. Percebe-se sua atuação pelas capas que ilustravam lutas “coletivas”, como as das edições de 1930 e a seguinte que encapavam a histórica causa da implantação do Porto de Amarração – ainda hoje não construído.

O apelo para a criação de uma carroçável até Pedra do Sal era justificada para dar conforto aos trajetos feitos por veranistas, não aos trabalhadores da vila pesqueira. Além do texto e das quatro fotografias, na mesma página foi impresso o poema do adolescente Carlos dos Santos Veras. Estudante do quarto ano do Ginásio Parnaibano e filho do então prefeito Mirócles Veras. As imagens, os textos em prosa sem autoria e o em verso de Santos Veras documentam a passagem e as práticas sociais das famílias na vila praiana. Palco de celebrações e festividades da vida privada da elite local, as praias piauienses nos anos 1940 eram visitadas por quem procurava lazer, mesmo as com pouco conforto.

Se na capital federal e Recife (ANJOS, 2019) possuíam casas de banhos para os veranistas, influência do modelo das praias francesas; no Piauí, as praias possuíam tímida estrutura. Os piauienses alugavam desde o final do século XIX, casas de palha na beira-mar destinadas aos visitantes em busca dos “banhos de choque” ou espaiarecer. Sonita Cunha em 1946 para *O Norte*, teceu o poema “A Casinha da Atalaia”. Em versos alexandrinos a sonetista afirmou que naquele ano a maré tinha demolido “a última casa que restava na praia da Atalaia” (O NORTE. 13/04/1946, p. 1). Conforme as reminiscências do aviador Goethe Pires de Lima Rabelo, Antônia de Lima Castello Branco Pires Ferreira - avó do autor, também chamada de “dona Tunica” - em um certo dia foi a Amarração. Ali instalada nas casas de veraneio.

D. Tunica, vestindo uma bata comprida, de grosso morim branco, com algumas anáguas por baixo, toalha ao pescoço e uma cuia na mão, foi sentar-se à beira da água, e quando as mansas ondas vinham quebrar-se no seu regaço, ela enchia a cuia e despejava-a na cabeça, muito feliz da vida (RABELO, 1984, p. 13).

Assistindo a cena a partir da janela da casa em que estavam hospedadas, Flor de Maria e Maria de Assumpção, moradoras de Parnaíba e que também veraneavam em Amarração, logo trataram de zombar de Tunica. Chama atenção o modo como a personagem fazia para tomar banho de mar e o traje utilizado, diferente da descrição de Carlos Araken. Nas recordações do médico, as roupas, os modos de fruir do espaço praiano e as relações sociais eram formas de distinção social:

Quando se falava em temporada de férias em Amarração, estava implícito verdadeiro desfile de modas, exibição de roupas e novidades, que dava o tom da estação. Havia famílias que mantinham uma costureira e bordadeira à postos, só pra fazer enxoval das férias. Não era um luxo? Os trajetos de banho, assim como os vestidos pra estação e festa nas casas de família, eram sempre caprichados e renovados (ARAKEN, 1988, p. 30).

15 Nascido em Parnaíba em 1890, Mirócles Campos Veras cursou medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, formando, no entanto, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nomeado prefeito de Parnaíba em 1936 pelo governador do estado Leônidas Melo. Após o Estado Novo, em 1947 foi eleito prefeito de sua cidade natal, cargo que ocupou até 1950, concorrendo nesse mesmo ano a uma cadeira na Câmara dos Deputados.

16 Leônidas de Castro Melo nasceu em Barras, Piauí, formando-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1920. Em 1933 concorreu a uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Nacional Socialista, ficando na suplência. No ano seguinte venceu a eleição para governador do Piauí, cargo ocupado pelo então interventor federal Landri Sales (1931-1935).

As distinções existentes na “cidade” eram transpostas para as zonas praianas. Vilegiar significava desligar-se momentaneamente do frenesi urbano. Vê-se, a partir das fontes, a consolidação do costume de ir à praia entre os habitantes do litoral ao longo do tempo e sua popularização. O *Almanaque da Parnaíba* de 1939 comemorava a construção da carroçável de quinze quilômetros ligando Parnaíba a Luís Correia, prolongando-se até Atalaia, “uma das nossas praias de banho mais concorridas” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1939, p. 147). Para o anuário, a via era “de grande alcance, de vez que os trens da Central do Piauí, fazem somente uma viagem por dia, indo pela manhã voltando a tarde” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1939, p. 147). Todavia, a praia não era somente frequentada pela elite e classe média de Parnaíba. Trabalhadores e demais grupos sociais também se deslocavam até à praia, seja em busca de breves momentos de lazer, ou mesmo trabalhar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jornais e memorialistas ao passo que documentavam as praias piauienses no início do século XX enquanto espaços elitizados, silenciavam as experiências de outros grupos sociais da cidade que não a elite, além dos habitantes das praias. Conforme o olhar historiográfico, tudo é construção e “muitos dos processos históricos que produziram as atuais paisagens são ainda correntes, ou seja, a História Ambiental não é uma disciplina voltada apenas para o passado” (OLIVEIRA e MONTEZUMA, 2010, p. 125). Desse modo, as paisagens praianas tal como no passado ainda hoje são campos de conflitos entre comunidades de pescadores e empresários do ramo imobiliário e turístico, fora outros problemas como a construção de portos. Para ficar só no Piauí, estado analisado, outras praias são no tempo presente alvo de especulação imobiliária, disputas por terras, gentrificação e novamente silenciamento de culturas e experiências dos “povos do mar”, essas, agora sobrepostas pelo turismo de massa.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Bianca Cruz dos. *A Casa de Banhos dos Arrecifes: sociabilidades e difusão do higienismo em Recife (1880-1924)*. Dissertação (Mestrado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.
- BARICKMAN, Bert. J. Medindo maiôs e correndo atrás de homens sem camisa: a polícia e as praias cariocas, 1920-1950. *Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan./ jun. 2016, p. 1- 66. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/3295>>. Acesso em 02 fev. 2021.
- BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. De Atalaia a Pedra do Sal: a influência da modernidade no consumo do espaço da praia no litoral do Piauí no início do século XX. BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho et al (Orgs.). *Dos tempos à viração, dos ventos à amarração: Estudos Histórico-Geográficos do Litoral do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2020, p. 17-45.
- BORGES, Joina Freitas. *Os Senhores das Dunas e os Adventícios d'Além Mar: primeiros contatos, tentativas de colonização e autonomia Tremembé na Costa Leste-Oeste (séculos XVI e XVII)*. Tese (Doutorado em História Social), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COSTA FILHO, Alcebiades. *A Geração de Crispim: um estudo sobre a construção histórica da piauiensidade*. Tese (Doutorado em História Social), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; PEREIRA, Alexandre Queiroz. Turismo, vilegiatura e práticas esportivas na configuração das cidades litorâneas na América. *Espacialidades Turísticas: do regional ao global*. PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021, p. 19-48.

FERREIRA, Sérgio Luiz. *O Banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900/1970)*. Dissertação (Mestrado em História), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba...cidades-beiras*. Tese (Doutorado em História), Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário In: \_\_\_\_\_, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GUIMARÃES, Valéria Lima. *O turismo levado a sério: discursos e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946)*. Tese (Doutorado em História Comparada), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

MACHADO, Helena Cristina F. A construção social da praia. *Sociedade e Cultura 1, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, Vol. 13 (1)*, p. 201-218, 2000. Disponível em: < <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13550>>. Acesso em 13 mar. 2021.

OLIVEIRA, Jonas Henrique; Silva, CLÓDSON dos Santos. Antropologia e turismo: breves considerações sobre as praias do litoral do Piauí. *Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR*, Penedo, v. 11, Dossiê Especial, p. 217-233. 2021. Disponível em: < <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/12790/9132>>. Acesso em 20 jan. 2022.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro; MONTEZUMA, Rita de Cássia Martins. 'História ambiental e ecologia da paisagem'. *Mercator. Revista de Geografia da UFC*. Fortaleza, 9 (19), p. 117-128, 2010. Disponível em: < <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/376>>. Acesso em 02 fev. 2022.

REGO, Junia Mota Antonnacio Napoleão do. *Dos Sertões aos Mares: História do Comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. Tese (Doutorado em História Social), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução; A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio In: \_\_\_\_\_, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 7-48.

SEEMANN, Jörn. O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*. Sobral, v. 4/5, p. 43-53. 2002/2003. Disponível em: < <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/77>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

SILVA, Alexandre Wellington dos Santos. *A pobreza urbana em Parnaíba, Piauí (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2018.

SILVA, Josenias dos Santos. *Parnaíba e o avesso da belle époque: cotidiano e pobreza (1930-1950)*. Dissertação (Mestrado em História), Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2012.

SOUZA, Alberto Magno Pereira. Porto da Amarração: interligando o escrito e o oral In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa, et al (orgs.). *Fragments históricos: Experiências de Pesquisa no Piauí*. Vol. 1. Parnaíba: Sieart, 2005, p. 127-138.

URBAIN, Jean-Didier. *At the beach*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2003.

VIDAL, Laurent; GOMES, Paulo Cesar da Costa. Entre la ville et la mer, entre la France et le Brésil: penser la balnéarisation. *Confins*, 39| 2019. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/17850>>. Acessado em 20 jul. 2022.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. *Caminhos de ferro: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960*. Dissertação (Mestrado em História), Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2010.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.